

Qual é o Impacto do Programa Bolsa Família na Educação?

por Paul Glewwe, Department of Applied Economics, University of Minnesota e Ana Lúcia Kassouf, Departamento de Economia, Esalq - Universidade de São Paulo

Muitos pesquisadores têm demonstrado que o Programa Bolsa Família do Brasil teve um grande impacto na redução da pobreza e da desigualdade de renda. Porém, dados que elucidem o impacto do programa sobre resultados educacionais ainda são escassos. Será que o Bolsa Família aumenta o número de matrículas escolares? Será que reduz as taxas de abandono escolar? Será que melhora os índices de aprovação?

As principais barreiras para a matrícula das crianças na escola são os custos diretos (mensalidades, livros, uniformes e assim por diante) e o custo de oportunidade do tempo passado na escola. Este último fator refere-se ao trabalho remunerado e não-remunerado que poderia ter sido realizado ao invés de ir para a escola. Vários países aboliram as mensalidades ou fornecem refeições e uniformes gratuitos. Os programas de transferência condicional de renda (TCR), como o Bolsa Família, existem para incentivar as famílias a enviar seus filhos à escola.

As TCRs têm dois objetivos: (i) redução da pobreza atual; e (ii) aumento do investimento no capital humano das crianças pobres, de modo a aumentar seu bem-estar quando se tornarem adultas. O primeiro objetivo é alcançado quando as famílias pobres recebem os pagamentos do programa. O segundo é alcançado pelo condicionamento destes pagamentos a certos comportamentos, principalmente a matrícula dos filhos na escola.

O Bolsa Família, que começou na década de 1990 e expandiu-se rapidamente em 2001 e 2002, prevê pagamentos mensais, em dinheiro, para famílias pobres se seus filhos (com idades entre 6 e 15 anos) estiverem matriculados na escola. Em 2007, mais de 11 milhões de famílias (cerca de 46 milhões de pessoas, um quarto da população brasileira) receberam tais pagamentos. O orçamento do governo destinado ao programa foi de mais de 7,5 bilhões de reais (cerca de USD 4 bilhões) em 2006, representando 0,35 por cento do PNB.

Glewwe e Kassouf (2008) examinaram o impacto do Bolsa Família sobre o progresso das crianças na escola. Oito anos de dados extraídos do censo escolar (1998-2005) foram usados para criar um retrato das escolas públicas de 1ª à 4ª e 5ª à 8ª séries. O método de estimação utilizado comparou as mudanças no número de matrículas, abandono e progresso escolar nas escolas que adotaram o programa, em momentos diferentes.

Glewwe e Kassouf estimam, após contabilizar os efeitos cumulativos, que o Bolsa Família tenha aumentado as taxas de matrícula em cerca de 5,5 pontos percentuais da 1ª à 4ª série e cerca de 6,5 pontos percentuais da 5ª à 8ª série. Eles também descobriram que o programa reduziu as taxas de abandono escolar em cerca de 0,5 ponto percentual no caso de crianças da 1ª à 4ª série e cerca de 0,4 ponto percentual, no caso de crianças da 5ª à 8ª série. O programa aumentou as taxas de aprovação em cerca de 0,9 ponto percentual para crianças da 1ª à 4ª série e 0,3 ponto percentual para crianças da 5ª à 8ª série.

Apenas cerca de um terço das crianças do Brasil participa do Programa Bolsa Família. É razoável supor que estes impactos do programa devam-se exclusivamente ao efeito do Bolsa Família nos participantes, sem efeito algum sobre não-participantes. Isto significa que o impacto da participação no programa é cerca de três vezes superior às estimativas. Assim, o efeito do programa em longo prazo parece ser um aumento nas taxas de matrícula escolar, dentre participantes, de cerca de 18 pontos percentuais, uma redução da taxa de abandono escolar de 1,5 ponto percentual e um aumento da taxa de aprovação de dois pontos percentuais.

Os grupos étnicos no Brasil diferem em muitos aspectos, incluindo os resultados de educação. Em 2004, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) relatou que, dentre as crianças brancas com idades entre sete e 15 anos, o índice de matrícula escolar chegava a 97,3 por cento. As porcentagens de crianças negras, pardas e indígenas nesta mesma faixa etária eram mais baixas: 93,6 por cento, 95,2 por cento e 89,6 por cento, respectivamente. A porcentagem das crianças asiáticas era de 97,6 por cento, índice ligeiramente superior ao das crianças brancas. Os resultados mostram que o Bolsa Família é mais eficaz no aumento dos índices de matrícula de crianças negras, mulatas e indígenas do que de crianças brancas e, assim, parece estar equalizando os índices de matrícula entre as diferentes raças.

Embora esses impactos favoreçam o Bolsa Família, cálculos simples com base nos impactos sobre a matrícula sugerem que os prováveis benefícios, em termos de aumentos salariais, não devem exceder os custos do programa. Seu efeito em longo prazo parece ser o aumento das taxas de matrícula dos participantes em cerca de 18 pontos percentuais, o que significa que 82 por cento dos beneficiários teriam sido matriculados na escola mesmo sem o Bolsa Família. A transferência de renda, no entanto, só poderia ser vista como benefício em razão de sua distribuição. Isto suscita a seguinte questão: será que o Bolsa Família pode ser canalizado para aquelas famílias que não teriam matriculado seus filhos se o programa não existisse? Responder esta pergunta é uma tarefa importante para futuras pesquisas.

Referência:

Glewwe, P. e A. L. Kassouf (2008). The Impact of the Bolsa Escola/Familia Conditional Cash Transfer Program on Enrollment, Drop Out Rates and Grade Promotion in Brazil. Department of Applied Economics, University of Minnesota.